



# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 14/08/2020 | Edição: 156 | Seção: 1 | Página: 4

Órgão: Atos do Poder Legislativo

## LEI Nº 14.036, DE 13 DE AGOSTO DE 2020

Altera a [Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020](#), para estabelecer a forma de repasse pela União dos valores a serem aplicados pelos Poderes Executivos locais em ações emergenciais de apoio ao setor cultural durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo [Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020](#), e as regras para a restituição ou a suplementação dos valores por meio de outras fontes próprias de recursos pelos Estados, pelos Municípios ou pelo Distrito Federal.

Faço saber que o PRESIDENTE DA REPÚBLICA adotou a [Medida Provisória nº 986, de 2020](#), que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Davi Alcolumbre, Presidente da Mesa do Congresso Nacional, para os efeitos do disposto no [art. 62 da Constituição Federal](#), com a redação dada pela [Emenda Constitucional nº 32](#), combinado com o [art. 12 da Resolução nº 1, de 2002-CN](#), promulgo a seguinte Lei:

Art.1º O [art. 14 da Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020](#), passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 1º, 2º e 3º:

"Art. 14. ....

.....

§ 1º O repasse do valor previsto no **caput** do art. 2º desta Lei aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios deverá ocorrer na forma e no prazo previstos no regulamento.

§ 2º Os recursos repassados na forma prevista nesta Lei, observado o disposto no § 2º do art. 3º desta Lei, que não tenham sido destinados ou que não tenham sido objeto de programação publicada pelos Estados ou pelo Distrito Federal no prazo de 120 (cento e vinte) dias, contado da data da descentralização realizada pela União, serão restituídos na forma e no prazo previstos no regulamento.

§ 3º A aplicação dos recursos prevista nesta Lei pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, observado o disposto no § 1º do art. 2º desta Lei, mesmo em relação à renda emergencial prevista no inciso I do **caput** do art. 2º e ao subsídio mensal previsto no inciso II do **caput** do art. 2º desta Lei, fica limitada aos valores entregues pela União nos termos do art. 3º desta Lei, ressalvada a faculdade dos entes federativos de suplementá-los por meio de outras fontes próprias de recursos."(NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, em 13 de agosto de 2020; 199º da Independência e 132º da República

**SENADOR DAVI ALCOLUMBRE**

Presidente da Mesa do Congresso Nacional

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.